



A fronteira e seus impostos: jogos de interesses entre Mato Grosso e Amazonas sobre a exploração borracha no vale do rio Madeira (1870-1920)

Leonice Bazzi do Nascimento¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo mostrar a importância da exploração da borracha no Vale do Madeira, com destaque a região de Santo Antônio, durante o período áureo de extração do látex, 1870-1920. Compreender os problemas enfrentados pelos presidentes das províncias de Mato Grosso e Amazonas, no cenário da política geral do Império brasileiro. A exploração da borracha expressiva nos vales dos rios Madeira, Mamoré, Guaporé e Machado, ambos situados na área, que hoje corresponde ao Estado de Rondônia. A documentação analisada para compreender as disputas territoriais pelo Vale do Madeira entre as respectivas províncias foram os relatórios presidenciais e os relatórios de viajantes, que percorreram a região. Na contextualização, portanto, o debate entre “território e produto”, e a arrecadação de impostos presentes nas falas dos presidentes das duas províncias: Mato Grosso e Amazonas.

Palavras chave: Fronteira Oeste; Borracha; Mato Grosso e Amazonas.

Abstract: This study aims to show the importance of the exploitation of rubber in the Vale do Madeira, especially the Santo Antônio region, during the period aureo rubber extraction, 1870-1920. Understand the problems faced by the president of the provinces of Mato Grosso and Amazonas, in setting the general policy of the Brazilian Empire. The exploration of the expressive rubber wood in the valleys Madeira, Guaporé and Machado, both located in the area, what is now the state of Rondônia. The analyzed documentation to understand the dispute of Vale do Madeira, between provincial perspectives were presidential reports and travelers reports, which traveled the region. In the context, therefore, the debate between “territory and product”, and the collection of taxes presents in the speeches of the presents of the two provinces: Mato Grosso and Amazonas.

Keyword: West border, rubber, Mato Grosso and Amazonas.

¹ Mestranda em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, integrante do Grupo de Pesquisa: Fronteira Oeste: Poder, Economia e Sociedade e professora na Secretaria Estadual de Educação de Rondônia – SEDUC/RO.



Introdução

A comercialização da borracha em Mato Grosso foi, em larga medida, tributária da economia do Pará e do Amazonas. Apesar de a borracha ter sido explorada em diversas regiões de Mato Grosso, com o aumento da demanda pela borracha no mercado internacional, a sua extração avançava para regiões mais distantes, alcançando o alto Purus, e os vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, situados no atual Estado de Rondônia, assim como o Teles Pires e Xingu, divisa com o Estado do Pará.

A disputa do Vale do Madeira pelas províncias de Mato Grosso e Amazonas, ocorreu no momento em que a região Norte do Brasil expandia suas atividades econômicas, nas últimas décadas do século XIX e duas primeiras do século XX, notadamente em função da extração do látex², matéria prima usada na fabricação da borracha, produto em franca expansão nos países industrializados.

Garcia (2009) discute a integridade territorial da fronteira oeste a partir de uma análise sobre a presença belga na região, demonstra como a ação belga influenciou nas disputas pelo território do Acre, rico em borracha, aponta para a importância que ela adquire a partir de 1870 e seu papel nas disputas entre Mato Grosso e Amazonas. De acordo com seus argumentos:

No final do século XIX a borracha já era um dos principais itens da limitada pauta de exportação e da receita de Mato Grosso, apesar da presença do Estado brasileiro naquela região de fronteira ser praticamente nula. A pequena arrecadação de impostos com a extração da borracha na região, se efetivava inicialmente a partir da alfândega de Corumbá.³

² O látex é a seiva extraída da seringueira, árvore nativa dos trópicos americanos, cujo nome científico é *Hevea Brasiliensis*. Segundo Tocantins (1982), A seringueira, nome popular dado a *Hevea Brasilienses*, é a mais importante dentre as onze espécies do gênero e também a de maior capacidade produtiva, destacando-se por produzir látex de melhor qualidade e com um teor propício para a fabricação da borracha. Típica da região amazônica, sua goma era utilizada por populações indígenas para a fabricação de utensílios, entre eles podemos destacar a seringa, que na linguagem amazônica, era uma bomba sem êmbolo, em forma de pêra oca, feita de borracha. Da seringa surgiu o seringal, espaço físico-social onde se encontra e extrai o látex produzido pela planta. Do seringal surge o seringueiro, responsável pela extração da goma elástica extraída da planta. A partir de 1920 surge o termo seringalista, para designar o proprietário do seringal, anteriormente chamado de patrão ou seringueiro.

³ GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Territórios e Negócios na “Era dos Impérios”: os belgas na fronteira oeste do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p.67



A tendência historiográfica brasileira sugerida por Garcia (2009) aponta para um “caráter pacífico e civilista da monarquia brasileira” parte da premissa de que “a historiografia sobre o Brasil parece não considerar a existência de desafios à integridade territorial do país entre 1875 e 1914”.⁴

Através do decreto estadual nº 50 de Seis de Junho de 1891, o então Presidente da Província Dr. Manoel José Murtinho criou uma coletoria de impostos localizada na região de Santo Antônio, às margens do rio Madeira, nos limites com o território do Amazonas. O objetivo da construção dessa coletoria era criar mecanismos fiscais para controlar a arrecadação de impostos sobre a borracha extraída naquela região.⁵

Santos (1980) aponta a necessidade de complementar os estudos sobre a região amazônica e assinala os obstáculos para a “correta interpretação dos movimentos da economia amazônica”⁶. Entre estes obstáculos o autor aponta a escassez dos dados quantitativos, a natureza impressionista das informações qualitativas, o valor instável da moeda e a absolutização do crescimento econômico. Ele propõe duas alternativas para superar tais obstáculos, “determinar como a economia amazônica emerge no princípio do século XIX e com quais perspectivas” e “estabelecer qual o significado do crescimento regional da Amazônia para economia nacional na época”⁷. Santos (1980) destaca a necessidade de estudos nas áreas sobre população, evolução secular dos preços, e os movimentos de renda. O autor considera o sistema de aviamento um empecilho para o desenvolvimento da região, pelo fato de gerar resistências às mudanças externas. Essas resistências fizeram com que se mantivesse a permanência de um sistema de escambo, que impediu a diversificação da produção e o aprimoramento nas técnicas de extração da borracha, conforme observa a seguir:

O estímulo externo atuou principalmente sobre a atividade extrativa da borracha, e com tal violência que os demais setores da economia não puderam com ela competir na disputa dos fatores de produção. A oferta de mão-de-obra tardou a ampliar-se, de modo que a força de

⁴ Ibidem, p. 18-19.

⁵ MENSAGEM do presidente do Estado de Matto-Grosso, Dr. Manoel José Murtinho, à Assembléa Legislativa em sua 2ª sessão ordinária, aberta em 13 de maio de 1893. Cuyabá, Typographia do Estado, 1893. p. 7-8.

⁶ SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz 1980. p.3.

⁷ SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*. Op. cit., p.5



trabalho foi se transferindo rapidamente para a produção extrativa, ressentindo-se disso até mesmo a agricultura de subsistência.⁸

De acordo com Santos (1980) durante o período áureo da extração da borracha houve escassez de mão de obra, tendo sido amenizada com a vinda de emigrantes nordestinos para a região. Outro ponto que chama a atenção se refere à carência na agricultura, já que todos os esforços estavam voltados para a extração da borracha.

Borges (2001) faz uma revisão dos principais estudos realizados sobre a história econômica de Mato Grosso, procurando compreender as interpretações presentes tanto na historiografia tradicional quanto na contemporânea. O autor analisa os aspectos da economia mato-grossense durante o período final do Império e das décadas iniciais da República. O núcleo central de sua pesquisa está na importância de se buscar a caracterização tanto da produção voltada ao mercado externo quanto ao mercado interno. Borges (2001), observou que durante o período de 1890 a 1914 as principais produções foram de origem extrativa, destinando-se a exportação. Entre os principais produtos extrativistas destacados pelo autor, temos as informações trazidas sobre a extração e comercialização da borracha. Para ele “a extração da borracha em Mato Grosso, embora tida como das mais significativas, para o progresso, teve um apogeu

Weinstein (2002) aponta para a importância do comércio da borracha para a região amazônica. No entanto, para a autora esse comércio não gerou um amplo desenvolvimento da indústria e da agricultura local. Segundo Weinstein (2002), isso se deve ao fato da economia amazônica ser relegada a um segundo plano perante a economia brasileira, assim como a elite amazônica obteve pouca representação no cenário político. Em consequência disso, a elite paulista concentrou a maior parte do poder político em suas mãos, fazendo com que a economia cafeeira obtivesse grande parte do aparato econômico por parte do estado brasileiro.

Tocantins (1982) discute as representações sobre as ações e posições históricas das elites na Amazônia, abordando a ação ecológica do homem com a natureza para a ocupação dessa região. O autor observa que “a miragem do lucro espetacular dominava psicologicamente as populações, miragem que foi uma constante na história econômica

⁸ Ibidem, pp. 41-42



da borracha”.⁹ Ele apresenta uma posição historiográfica considerada mais Tradicional, pelo fato de destacar em menor intensidade os problemas. Apesar desse estilo o livro possui grande diversidade de fontes, e é importante para entender as relações sociais do ser humano na Amazônia brasileira.

Através dessa análise se evidencia que a exploração e comercialização da borracha é motivo de debates dentro da historiografia, no entanto, há vários trabalhos dedicados ao estudo da extração da borracha entre os Estados do Amazonas e Pará, dando pouca ênfase a Mato Grosso.¹⁰ Em virtude disso a documentação se torna muito importante para compreender o que esteve por trás das disputas na região do Vale Madeira.

As poucas referências existentes sobre a exploração da borracha no Vale do Madeira fizeram com que o interesse pela temática fosse desenvolvido. Com a ajuda dos relatórios de Presidentes de Província de Mato Grosso e Amazonas e de narrativas de viajantes¹¹ que percorreram a região, surgiu o interesse em analisar a importância estratégica e econômica da Vila de Santo Antonio, no Vale do Madeira, tendo como pano de fundo as disputas pelo imposto cobrado sobre a borracha extraída naquela região, no momento em que a extração desse produto passou por grande expansão.

Diante desse cenário, parece relevante compreender os problemas enfrentados pelos presidentes de províncias de Mato Grosso e Amazonas. Para a isso, foi feita uma breve revisão historiográfica, através de trabalhos que discutem a extração e a comercialização da borracha, em seguida foi destacada a importância da ocupação portuguesa para consolidação da região no período colonial e por fim, os embates presidenciais em torno da criação da coletoria de Santo Antônio.

O Vale do Madeira: uma região estratégica

⁹ TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica*. 2. Ed. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1982.

¹⁰ Além dos trabalhos citados acima, podemos destacar *O Problema da borracha brasileira: como compreende-lo e como resolve-lo* de Hannibal Porto (1939); *Política da Borracha no Brasil a Falência da Borracha Vegetal* de Nelson Prado Alves Pinto (1984); *A crise Amazônica e a borracha, 1908* de Amando Mendes.

¹¹ Os relatos de viagem se compõem em uma literatura de testemunhos formados por registros e observações que ajudam a apreciar as características da região percorrida na época em que foi descrita. Entre os viajantes que percorreram a região podemos destacar Manoel Esperidião da Costa Marques e Francisco Antonio Pimenta Bueno.



O Vale do Madeira, fazia parte do antigo Mato Grosso, Capitania no período colonial, Província no Império e Estado na República, desse território foi desmembrado o atual Estado de Rondônia. Criado em 1943 por meio do Decreto nº 5.812 como Território Federal do Guaporé, através da Lei nº 2.731 de 17 de fevereiro de 1956, o Território Federal do Guaporé passa a denominar-se Território Federal de Rondônia, uma homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Em 22 de dezembro de 1981 foi aprovada a Lei Complementar número 41, que criava o Estado de Rondônia, em 04 de janeiro de 1982 é empossado o Coronel Jorge Teixeira de Oliveira como o primeiro governador.¹²

A ocupação dessa vasta região, desde o período colonial foi motivo de reflexões para a historiografia brasileira, que define essa área como estratégica para a política de colonização portuguesa na América¹³.

Para a coroa portuguesa era de extrema importância a posse das terras por parte do colonizador, sendo a melhor alternativa para atingir este objetivo o povoamento desses espaços. No início, o interesse econômico sobre a região amazônica caracterizou-se pela exploração de matérias primas, entre elas, podemos destacar as especiarias, chamadas “drogas do sertão” fruto do extrativismo que teve como principal mão de obra as populações indígenas catequisadas pelos missionários jesuítas¹⁴.

A partir da criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, e a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, a coroa portuguesa tem como desafio manter o controle da navegação entre os rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Assim como militarizar o trecho entre a aldeia espanhola de Santa Rosa, estabelecida nas duas margens do rio Guaporé até o rio Madeira, divisa geográfica com o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

¹² TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues e FONSECA, Dante Ribeiro da. *História regional: Rondônia*. Porto Velho, Rondoniana, 1998.

¹³ Esta discussão pode ser encontrada nas obras de Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994. Idem, *O Extremo Oeste*. Introd. De José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado e Cultura, 1986. Um estudo sobre a discussão de fronteira e conquista do Oeste, está em Robert Wegner. *A conquista do oeste: A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

¹⁴ CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.



A corte portuguesa estabeleceu várias medidas para efetivar a posse desta área de fronteira, entre elas podemos destacar a nomeação do governador e capitão-general D. Antônio Rolim de Moura¹⁵, a distribuição de sesmarias e o perdão das dívidas dos colonos.

O interesse da corte portuguesa sobre o Vale dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira advinha de seus interesses em ampliar seus territórios e manter a navegação sobre a bacia amazônica. Para isso a construção de fortificações como o Forte de Nossa Senhora da Conceição e o Real Forte Príncipe da Beira aliada a ocupação com efetivo militar e civil foram práticas adotadas pela coroa para preencher estes espaços, procurando garantir o povoamento, a defesa e o abastecimento dos arraiais instalados nessa região.

Havia por parte da coroa portuguesa uma preocupação em povoar e militarizar a recém-formada capitania de Mato Grosso. Essa necessidade era observada uma vez que a proximidade com as terras de posse da coroa espanhola fazia dessa região, uma área vulnerável, e isso ameaçava as pretensões geopolíticas da Corte portuguesa. O objetivo da Corte era de extrair os recursos auríferos, a tributação e manter o controle territorial através da incorporação dessa vasta região ao domínio do Império português.¹⁶

A coroa portuguesa, ao efetuar o povoamento do vale do Guaporé e Madeira possuía interesses específicos sobre esta área de fronteira. Neste sentido, utilizou do princípio do *uti possidetis* consolidado com a negociação do Tratado de Madri, na qual garantia efetuar a posse do território do oeste sul-americano. A preocupação da corte com a posse de suas colônias, em especial da América portuguesa, pode ser observada nos relatórios de presidente de província e de viajantes. Tais relatórios serviram para registrar dados sobre áreas ainda pouco conhecidas do vale do Guaporé além de outras áreas de fronteira com a coroa espanhola.

É possível perceber a preocupação da coroa portuguesa em garantir o domínio sobre a região oeste. Uma vez que, a delimitação e defesa desse território foram se

¹⁵ Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, primeiro conde de Azambuja, foi o 10.º Vice-Rei do Brasil. Tinha larga experiência em administração colonial, tendo sido governador de Mato Grosso, de 17 de janeiro de 1751 a 1 de dezembro de 1765. Para mais informações sobre a vida de Antônio Rolim de Moura, Cf: MOURA, Carlos Francisco. *Dom Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; biografia*. Cuiabá, UFMT – Imprensa Universitária, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos – Série: Capitães - Generais, 1)

¹⁶ CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português*. Op. cit.



intensificando na segunda metade do século XVIII, isso ocorreu devido a dois fatores: a crise do sistema colonial e o pouco desenvolvimento industrial de Portugal frente a outros países europeus. Com isso podemos observar que:

O forte Coimbra, Albuquerque e Vila Maria estão localizados às margens do rio Paraguai mais ao sul; Casalvasco, Vila Bela, Viseu e o forte Príncipe da Beira estão localizados às margens dos rios Barbados e Guaporé, mais ao norte. Na entrada sul da capitania, na região mais próxima de Assunção, de domínio espanhol, o forte Coimbra; na entrada norte, mais próximo das províncias espanholas de Moxos e Chiquitos, o forte Príncipe da Beira. A estratégia geopolítica é evidente: os dois fortes protegem as entradas sul e norte da região e a meia distância entre eles, entre Casalvasco e Vila Maria, se localiza o terreno onde supunha que as bacias Amazônica e Platina deveriam fazer a transposição de suas águas, entre os rios Aguapeí e Alegre. Navegando pela bacia Platina, rio Paraguai acima, passaria ao rio Jaurú e deste ao Aguapeí. Feita a transposição para o rio Alegre, já na bacia Amazônica, passaria deste ao rio Guaporé e daí aos rios Mamoré e Madeira.¹⁷

Fica evidente que havia a preocupação com a defesa territorial dessa extensa área de fronteira com a República da Bolívia. Visto que havia muitas diferenças entre ambas, como o fato do Brasil ainda ser uma monarquia e utilizar de mão de obra escrava. Outro ponto a destacar é fato de que o controle da navegação pela bacia Amazônica era de extrema importância para as pretensões geopolíticas de Portugal, visto que a navegação era o principal meio de transporte para chegar a essas áreas. Essa estratégia de defesa fica evidenciada ao verificarmos o mapa proposto por Garcia (2009), em que destaca essa área de fronteira.

¹⁷ GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. Op. cit., p. 40-41

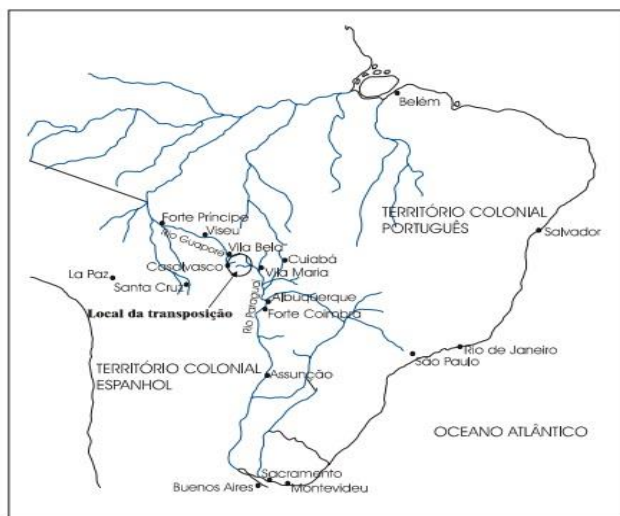


Figura 1 – Vilas e fortes fundados por determinação de Portugal na fronteira oeste, entre 1750 e 1800. (Digitalização: Ana Paula Santana). Mapa proposto por Garcia (2009).

Através do mapa proposto por Garcia (2009), podemos observar a preocupação com a construção de fortes em regiões de fronteira com a coroa Espanhola. Assim a defesa militar passa a ser feita de forma estratégica e o controle da navegação, que até então era a principal via de transporte, tornava-se fundamental para manter a posse sobre essas terras.

A ocupação populacional nessa área de fronteira durante a colônia e o início do império brasileiro esteve relacionada à extração de produtos e ao apresamento de índios para mão de obra. As distâncias e a dificuldade de acesso tornavam difícil a ocupação da região. No entanto, os surtos migratórios foram impulsionados pela extração de minérios e pelo extrativismo, em especial da borracha na região norte.

Jogos de interesses diante da exploração da borracha no Alto do Madeira

As mudanças socioeconômicas ocasionadas pela comercialização da borracha, no momento em que ela ganha espaço no cenário econômico nacional e internacional, desperta entre os presidentes de províncias (depois Governadores) de Mato Grosso e Amazonas atritos quanto a suas divisas territoriais.

Com o avanço da região extratora para o vale dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, a falta de delimitação fronteiriça e a possibilidade de aumentar as arrecadações provinciais, essa região, que até então não tinha sido contestada, vira alvo de disputas entre os presidentes da província de Mato Grosso e Amazonas, como



também entre Mato Grosso e o Pará. Estes atritos ganham destaque dentro dos relatórios, falas e mensagens dos presidentes de província, em especial no final do século XIX e início do XX.

De acordo com o relatório do Presidente da Província expedido por Francisco José Cardoso Junior, existia desde o ano de 1871 uma preocupação em relação às definições da fronteira da província de Mato Grosso, tanto no âmbito internacional quanto nacional. Podemos notar a preocupação diante do exposto no relatório do Presidente de província José Cardoso Junior:

Pelo lado da Bolivia acham-se terminadas as contestações. O tratado celebrado em 1857 consignou a regra aceita pelos governos do Imperio e da Republica, regra que, fixado os pontos divisórios, previne futuras complicações altamente perniciosas as relações e harmonia que os Estados devem entre si manter.

Pelo lado do Norte, porem, não está ainda traçada a linha divisória com as províncias do Amazonas e do Pará. Julgo acertado que em tal sentido vos entendaes com a Assemblêa Geral, submettendo á apreciação d'ella tudo quanto sirva de esclarecimento a tão importante assumpto. Com quanto nenhuma reclamação tenha até hoje apparecido por este lado, - todavia, ellas podem de futuro apparecer, e, por tanto, sera prudente desde já prevenil-as.

Alem de que, senhores, é de alta conveniência que cada província saiba por onde principia, estende-se e termina o seo território; e tambem é de alto interesse que o governo saiba qual a esphera de sua jurisdição. Não se devem aguardar os conflictos e as contestações para discutir, reconhecer e prefixar as regras de direito.¹⁸

Pode-se observar a preocupação do presidente da província de Mato Grosso, em relação às demarcações de fronteiras, nos limites entre as províncias do Amazonas e do Pará. Dando ênfase ao governo central sobre a importância de se traçar uma linha divisória com as respectivas províncias, e demonstrando a necessidade de que cada uma saiba os limites de seus territórios, a fim de evitar eventuais conflitos nesta área de fronteira até então não demarcada.

Outro ponto observado se refere à situação da agricultura, indústria, comércio, finanças, navegação e pecuária, colocando Mato Grosso como um “gigante colossal” preste a tombar num abismo de riquezas. O presidente de província aponta para essa

¹⁸ RELATORIO apresentado a Assembleia Legislativa do Mato Grosso pelo exm. Sr. tenente coronel Francisco José Cardoso Junior, no dia 20 d'agosto de 1871. Cuiabá, Typ, de Souza Neves & Comp. A [n.d.], p. 40.



situação de abandono, fatores como a falta de braços, as dificuldades nos transportes e a epissotia ou peste-cadeiras, que atingia a raça cavalar da província de Mato Grosso¹⁹.

É forte nos relatórios de Presidente de Província a questão da delimitação da fronteira entre Mato Grosso e Amazonas, ficando visível nos relatórios a cobrança pela demarcação fronteiriça da mesma. Para os representantes políticos a demarcação resolveria parcialmente os problemas na arrecadação, amenizando as disputas internas sobre a borracha extraída naquela região de fronteira.

Na historiografia, há discussões referentes a importância da arrecadação do imposto sobre a borracha para amenizar as debilidades da arrecadação do Estado de Mato Grosso. Nela evidenciamos que a exploração da borracha, no vale do Guaporé e Alto Madeira, a partir de 1870 possibilitou perspectivas de melhoras na arrecadação mato-grossense²⁰.

Corrêa Filho (1969) assinala que a extração da borracha teve a sua fase de esplendor no cenário econômico de Mato Grosso, tanto no vale do rio Arinos e afluentes como no Madeira. Segundo ele o seu alto valor estonteava o imaginário dos aventureiros e proporcionava melhora na minguada receita de Mato Grosso. No entanto, com a concorrência dos seringais plantados no Oriente e o barateamento da borracha no mercado internacional, houve abandonado nos seringais formadores do Tapajós, permanecendo em pequena proporção os seringais localizados nos vales dos tributários do Madeira.²¹

A partir dessa discussão, e da análise de relatórios provinciais, nota-se que as estratégias para consolidar a posse dessa região começam a ser traçadas. Com o crescente aumento da demanda pela borracha e a necessidade de expandir a arrecadação de impostos sobre produtos exportados, o Presidente do Estado de Mato Grosso, Dr. Manuel José Murtinho no ano de 1891 observa o seguinte:

Trato de promover a instalação das collectorias creadas pelo decreto Estadual n. 50 de 6 de junho de 1891, uma no lugar denominado S. Antonio, sobre o rio Madeira, na linha de limites d'este Estado com o

¹⁹ RELATORIO apresentado a Assembleia Legislativa do Mato Grosso pelo exm. Sr. tenente coronel Francisco José Cardoso Junior, no dia 20 d'agosto de 1871. Cuiabá, Typ, de Souza Neves & Comp. A [n.d.], p. 40

²⁰ GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. Op. cit., p. 66-67

²¹ CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Coleção Cultura Brasileira. Série "Estudos" 2. Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1969. p.692-693



Amazonas, e outra na confluência do rio S. Manoel ou das Tres-Barras com o Tapajós, por onde Matto-Grosso se extrema do Pará.²²

Ao passo que a extração da borracha ganha importância e começa a ter destaque nas arrecadações do Estado, pode se observar uma preocupação por parte do poder público de Mato Grosso com a criação de coletorias para arrecadação de impostos nas regiões que faziam fronteira com o Amazonas e o Pará.

Dessa forma a criação de novas estações fiscais tanto em Santo Antônio, divisa com o Amazonas, e no rio S. Manoel ou das Tres-Barras com o Tapajós, na divisa com o Pará, funcionando de forma regular poderia influenciar no aumento da receita pública estadual, e em pouco tempo se tornar fonte de renda para o tesouro do Estado de Mato Grosso. Até então tais arrecadações, de acordo com o que foi exposto pelo presidente de província, passam como oriundas dos Estados (Amazonas e Pará) que fazem limites com Mato Grosso²³.

O debate sobre a arrecadação fiscal é de suma importância, pois as principais fontes de renda das províncias ao longo do império voltam se em especial para os produtos exportados. Isso gera tensões entre as respectivas províncias, tanto no Império como nas décadas iniciais da República.

As fontes de arrecadação das províncias por serem poucas, ao se depararem com os altos preços da borracha no mercado internacional e a possibilidade de lucros imediatos, faz com que as áreas produtoras dessa nova matéria prima se tornem motivo de disputas entre as províncias de Mato Grosso, Amazonas e Pará. Pois a mesma era produto exportado, passível de ser cobrado imposto.

Em mensagem a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em 1895, o presidente da Província Manoel José Murtinho aborda que os pontos de arrecadação fiscal de São Manuel a margem esquerda do Tapajós e a de Santo Antonio a margem direita do Madeira, foram instalados. No entanto, após sua instalação começam a surgir por parte dos governos, do Pará e Amazonas, queixas em relação a estes pontos de arrecadação. Isso se dá devido denúncias do governo do Pará que alega cobranças indevidas de imposto na região onde estava instalada a coletoria de São Manoel a margem esquerda do Tapajós.

²² MENSAGEM do presidente do Estado de Matto-Grosso de 1893, Op. cit., p. 7

²³ MENSAGEM do presidente do Estado de Matto-Grosso de 1893, Op. cit., p.7, 8.



Em relação à coletoria de Santo Antônio, objeto principal desse artigo, o presidente da província do Amazonas questiona a posição geográfica da mesma, alegando que aquela coletoria estava dentro da região pertencente ao Amazonas. Em represaria Manoel José Murtinho, presidente da província de Mato Grosso, alega que a coletoria de Santo Antônio juntamente com as agências e zonas fiscais que lhes são subordinadas estão dentro dos limites de seu Estado.²⁴ Fica evidente o embate entre os representantes das províncias e que a falta de uma delimitação de fronteira na região vem gerar desentendimentos entre os representantes de Mato Grosso, Amazonas e o Pará.

De acordo com Borges (2001), “A borracha extraída em Mato Grosso foi exportada, uma parte, pela Bacia do Prata e outra, em maior quantidade pelo Amazonas”.²⁵ O transporte da borracha pelo Amazonas, fez com que ela, apesar de estar entre os principais produtos de exportação, não se configurou como sendo de Mato Grosso, e impossibilitou seu reconhecimento frente aos Estados produtores de borracha.

Além da dificuldade em reconhecer a borracha extraída em Mato Grosso, ocorreu também problemas referentes à fiscalização da borracha extraída nessas regiões de fronteira. O relatório de Costa Marques ao referir-se ao Vale do Guaporé, ressalta que,

A não ser o Sr. Balbino Maciel, que sempre leva a sua borracha á mesa de renda em Corumbá, e ahi tem pago os direitos devidos, os outros extractores vendem as suas nas barracas e tudo vae para a Bolívia, e alguns exportadores ainda justificam, na alfandega boliviana de Porto Soares, a procedencia do Brazil para eximir-se tambem ao pagamento dos direitos da Bolívia.²⁶

Fica evidente a burla na arrecadação de impostos tanto pelo lado da Bolívia quanto por parte do Brasil. Situação essa que merece maiores pesquisas, pois interferem na arrecadação e no aumento cada vez maior na fiscalização da borracha.

O processo de Independência e construção do Estado brasileiro é marcado por particularidades que o distingue de outras colônias do continente americano, entre estas

²⁴ Ibidem, p. 6, 7, 8.

²⁵ BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Do extrativismo à pecuária. Pp. cit., p. 67

²⁶ MARQUES, Manoel Esperidião da Costa. *Região Occidental de Matto Grosso. Viagem e estudos sobre o Valle do Baixo Guaporé. Da cidade de Matto Grosso ao Forte Príncipe da Beira pelo Dr. Manoel Esperidião da Costa Marques. 1906. A seguir: Projecto de vias de comunicação. Exploração do Alto Guaporé e dos rios Jaurú, Aguapehy e Alegre. Do mesmo autor. 1889. Rio de Janeiro: Typ, e Pap. Hildebrandt. 1908. p.25*



podemos destacar a preservação da unidade territorial, manutenção da mão de obra escrava e a continuidade do regime monárquico.

Estes elementos devem ser pensados não de forma individual e sim entendidos através de um conjunto de fatores que se desencadearam no processo de construção do Estado nacional brasileiro, marcado por tensões e conflitos de ordem política e social, e que envolveu tanto o poder central como as províncias.

Considerações Finais

A questão da arrecadação fiscal na transição do Império para a República no Brasil é um tema polêmico e que tem despertado o interesse de pesquisadores da história econômica. Para entendermos esta questão devemos nos debruçar sobre esse período de transição.²⁷

É dentro desse cenário que se encontra os debates sobre a extração da borracha no Brasil. No caso de Mato Grosso e Amazonas o debate encontra-se pautado nas questões referentes ao “território e ao produto”, e ambos podem ser vistos como elementos contraditórios nos discursos dos Presidentes de Província.

A longa distância da capital mato-grossense até Santo Antônio, o pequeno efetivo policial que acompanhava o exator e as constantes pressões do governo do Amazonas, impediram o funcionamento da coletoria de Santo Antônio. Esse posto fiscal foi ao longo de muitos anos alvo de disputas com o Estado do Amazonas, que alegava o mesmo estar localizado em território amazonense.

As disputas entre as províncias (depois Estado com República) de Mato Grosso e Amazonas pela cobrança de impostos sobre a borracha extraída no Vale do Madeira e Guaporé deve ser entendida no contexto da descentralização republicana, que transferiu para os Estados a totalidade das receitas de exportação. Portanto, a disputa se dava menos pelo território em si e mais pelo que se extraia dele, no caso a borracha, produto

²⁷ Um bom trabalho sobre a questão fiscal na transição do Império para a República está em Wilma Peres Costa. “A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade. In: Economia e Sociedade. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, v.10, p. 141-173, jun.-dez./1998.



exportado em larga escala, e sobre o qual gerava imposto estadual, que era a base da arrecadação do Amazonas, e importante fonte de renda da receita de Mato Grosso.²⁸

Fica evidente, que por trás deste debate, existe uma questão central pautada na arrecadação de imposto sobre um determinado produto, no caso a borracha, que é extraído em um determinado território, o Vale do Madeira, agravando-se ainda mais com a expansão da extração da borracha em áreas até então não demarcadas, como é o caso do Alto Purus, e o Vale do Guaporé e Mamoré.

Fontes

CODEX (Ed.). *Geoatlas*. Rio de Janeiro: 1967, tomo II.

GASPAR, Lúcia. *Viajantes (relatos sobre o Brasil, século XVI a XIX)*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 25/10/2015 Ex: 6 ago. 2009.

MARQUES, Manoel Esperidião da Costa. *Região Occidental de Matto Grosso. Viagem e estudos sobre o Valle do Baixo Guaporé. Da cidade de Matto Grosso ao Forte Príncipe da Beira pelo Dr. Manoel Esperidião da Costa Marques. 1906. A seguir: Projecto de vias de comunicação. Exploração do Alto Guaporé e dos rios Jaurú, Aguapehy e Alegre. Do mesmo autor. 1889*. Rio de Janeiro: Typ, e Pap. Hildebrandt. 1908.

MENSAGEM do presidente do Estado de Matto-Grosso, Dr. Manoel José Murtinho, à Assembléa Legislativa em sua 2ª sessão ordinária, aberta em 13 de maio de 1893. Cuyabá, Typographia do Estado, 1893. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso. Acesso em 10 Out. 2014.

MENSAGEM do presidente do Estado de Matto-Grosso, Dr. Manoel José Murtinho, à Assembléa Legislativa em sua 2ª sessão ordinária, aberta em 13 de maio de 1895. Cuyabá, Typographia do Estado, 1893. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso. Acesso em 21 Nov. 2014.

MENSAGEM do 2º Vice-Presidente do Estado, Coronel Antonio Cesáride Figueiredo, à Assembléa Legislativa, em sua 2ª sessão ordinária da 4ª Legislatura, aberta em 1º de Fevereiro de 1899. *Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso*. Cuyabá: 11 de fevereiro de 1899. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso. Acesso em 10 Out. 2014.

²⁸ MENSAGEM do Presidente do Estado de Matto-Grosso, Coronel Antonio Pedro Alves de Barros á Assembléa Legislativa na 3ª sessão anual da 5ª legislatura, a 3 de fevereiro de 1902. Cuyabá, Typographia Official, 1902. p. 48-51.



RELATORIO apresentado a Assembleia Legislativa do Mato Grosso pelo exm. Sr. tenente coronel Francisco José Cardoso Junior, no dia 20 d'agosto de 1871. Cuiabá, Typ, de Souza Neves & Comp. A [n.d.]. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso. Acesso em 10 Out. 2014.

RELATORIO com que o exm. sr. coronel Francisco Raphael de Mello Rego, presidente da provincia, abriu a 27.a sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso em 20 de outubro de 1888. Cuyabá, Typ. da "Situação," 1888. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso. Acesso em 10 Out. 2014.

Bibliografia

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso 1870 – 1930*. São Paulo: Scortecci, 2001.

CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Coleção Cultura Brasileira. Série “Estudos” 2. Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1969.

FERREIRA, M. R. *A ferrovia do diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Territórios e Negócios na “Era dos Impérios”: os belgas na fronteira oeste do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

HARDMAN, F. F. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PRADO, Maria Ligia Coelho. CAPELATO, Maria Helena Rolim. A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano v.8. Estrutura de poder e economia. (1889-1930)*. 2ªed. São Paulo: Difel, 1977. Pp. 287-307

REIS, Arthur. C. & OLIVEIRA, Leonidas. *As Cabeceiras do Orenoco e a Fronteira Brasileiro-Venezuelana*. 1944. Revista Brasileira de Geografia v. 6 n. 2.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz 1980.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues e FONSECA, Dante Ribeiro da. *História regional: Rondônia*. Porto Velho, Rondoniana, 1998.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo, uma planificação ecológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.



WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920*. São Paulo: Hucitec, 1993.